

PAUTA
COMITÊ GESTOR REGIONAL DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º
GRAU DE JURISDIÇÃO
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU
dia 8/7/2022 das 14 às 16h
Videoconferência

1. Contextualização aos novos membros do Comitê

- 1.1. [Resolução CNJ 194/2014](#), institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.
- 1.2. [Resolução CNJ 195/2014](#), dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
- 1.3. [Portaria PRESI 125/2016](#), confere ao Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 195/2014 do CNJ.
- 1.4. [Portaria PRESI 124/2020](#), institui o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- 1.5. [Portaria PRESI 319/2022](#), designa os membros do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, biênio 2022-2024.
- 1.6. [Página do Comitê na intranet.](#)

2. Resolução CNJ n. 195/2014 - Orçamento (DIGER/SEOF)

[PROAD 2967/2021](#) - Plano Anual de Aquisições e Contratações do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - PAC 2022.

3. Pauta específica: Definir nova data (era março/2022)

Tema: Oficiais de Justiça (**convidar representantes da categoria por circunscrição**)

- 3.1. Apresentação dos estudos da lotação paradigma (oficiais de justiça)
- 3.2. Análise do Tema Segurança dos OJs X Decisão CNJ ([PROAD 5112/2020](#))

4. Situação atual da aplicação da Resolução CNJ n. 219/2016 (PROAD 4429/2016) e da Resolução CSJT n. 296/2021 (PROAD 6904/2021)

4.1. Resolução CNJ n. 219/2016

4.2. Resolução CSJT n. 296/2021

5. Estudos sobre o Tema: Designação de Juízes Substitutos para atender a necessidade de serviço fora da circunscrição

6. Outros assuntos

6.1. Solicitar a disponibilidade para as Unidades Judiciárias, do relatório sobre processos conclusos, com data de vencimento de prazo ou com prazos vencidos. Este relatório já esteve disponível e depois foi retirado, mas contribui para controle de prazos dos magistrados, não necessitando um controle manual. (Solicitação do Crispim)

6.2. Extinção da 3ª VT de Criciúma (Solicitação do Marcelo Botelho)

6.3. Criação de novo PROAD para tratar dos assuntos do Comitê, a partir da reunião de 8/7/2022.